

Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI

Challenges and Prospects for Latin America XXI Century

Marcelo Dias CARCANHOLO¹

Introdução

Inicialmente talvez a primeira questão que se apresenta, quando se procura fazer qualquer tipo de análise sobre a América Latina, diz respeito à própria categoria *América Latina*. É possível tratá-la como uma unidade categorial? As sociedades e países que a compõem, em que pesem suas especificidades, podem ser tratadas com alguma homogeneidade? A segunda questão, decorrente da primeira, obviamente quando se pensa a região a partir do Brasil, é como este último se insere na América Latina.

Para a primeira questão, sustentar apenas que sim é desconsiderar as especificidades nacionais, locais e sub-regionais, caindo em uma mistificação da América

Latina como se fosse mera unidade, sem diferenciação. Defender que não, e alternativamente restringir-se à especificidade de cada nação, é também cair na mistificação, mas desta vez de dupla natureza: (i) desconhecer qualquer similaridade na formação histórico-social de nossos povos; (ii) tratar a realidade social da região a partir de uma categoria de falsa abstração, a Nação².

Na realidade, a América Latina é uma unidade contraditória, e não poderia ser por acaso, uma vez que sua formação sócio-histórica, nos tempos modernos, se confunde com a explicitação do caráter mundial da lógica social capitalista. Aricó (1987, p. 420) constata

A problematidade da categoria “América Latina” tem, assim, fundamento e explicação em sua necessidade de dar conta de uma realidade não pré-constituída, mas em formação, cuja morfologia concreta pode ser concebida não como a “mundanização” de um *a priori*, mas como produto histórico de um prolongado processo de constituição, que pode ser estudado graças à presença de um substrato histórico comum que remonta a uma matriz contraditória, porém única.

¹ Graduado em Ciências Econômicas. Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil). Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF, Brasil), Membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Marx e Marxismo (NIEP-UFF), Pesquisador do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (HEDLA-UFRGS), Professor Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-MST), Presidente da Sociedade Latino-americana de Economia Política e Pensamento Crítico (SEPLA).

² É uma falsa abstração considerar uma nação, cujo modo de produção repousa no valor e que, além disso, está organizado capitalistamente, como sendo um corpo coletivo que trabalha apenas para as necessidades nacionais” (Marx, 1985, vol. III, tomo 2, p. 293).

Em que pese a linguagem vacilante, típica de um marxismo, talvez, arrependido³, Aricó percebe que a América Latina constitui uma região em formação histórica contraditória. Cada país e/ou localidade possui, evidentemente, suas especificidades, que não podem ser sublimadas em uma concepção social realmente crítica. Isto constitui o caráter contraditório das economias que compõem a América Latina. Por outro lado, esta última tem uma inserção específica na divisão internacional do trabalho, fruto da formação histórica do capitalismo mundial, que confere a todas suas economias, em distintos graus, um mesmo caráter, um caráter dependente frente à lógica de acumulação de capital mundial. A dependência é o que constitui a unidade da América Latina, o que não exclui as especificidades de seus membros.

Quanto à segunda questão pode-se constatar que o Brasil tem uma tradição histórica em não se sentir parte da América Latina⁴. Há razões para isso. Em primeiro lugar, isso decorre das diferenças no processo de colonização, o que inclui não apenas o fato do Brasil ter sido colonizado por Portugal, enquanto o resto da região, em sua imensa maioria, o foi pela Espanha, o que se traduz em diferenças de língua, mas também na própria constituição de seu povo⁵. Em se-

gundo lugar, as fortes diferenças na evolução sócio-econômica do Brasil, que certamente atingiu o maior grau de industrialização e desenvolvimento de sua economia capitalista, quando comparado com os outros. Em terceiro lugar, em decorrência do anterior, o caráter subimperialista do Brasil, se observada sua relação com as outras economias. Por atuação, o papel criminoso do Brasil na Guerra do Paraguai, a atuação brasileira no processo de “negociação” e manutenção do “acordo” de Itaipu, sua conivência com os produtores *brasiguaios* de soja⁶, a atuação da Petrobrás na Bolívia e Equador e liderança das “forças de paz” da Minustah no Haiti, dentre outros, são exemplos claros. Mas além da atuação, o papel subimperialista do Brasil na região pode ser entendido também pela sua omissão, isto é, na falta de maior apoio a processos mais radicais anti-imperialistas que, historicamente, surgiram na América Latina.

Esses fatores explicam o porquê do Brasil não se sentir parte da região latino-americana. Entretanto, parece que chegamos a uma contradição. Se o Brasil é tão específico, ao ponto de assumir um caráter subimperialista na região, como é possível tratá-lo dentro daquilo que dá certa similaridade às economias da região, isto é, seu caráter dependente frente ao capitalismo mundial? Em outras palavras, como é possível ser subimperialista e dependente, ao mesmo tempo? Esta contradição é mera aparência, e fruto de uma concepção equivocada, tanto do que significa dependência,

³ Para uma análise crítica da inserção intelectual de José Aricó dentro do marxismo latino-americano, ver Correa e Miranda (2013).

⁴ Esta tradição histórica vem diminuindo, principalmente a partir deste século, por razões que escapam ao escopo deste trabalho.

⁵ A constituição contraditória do povo brasileiro com base nos índios originários, negros escravizados (nem todos os países da região tiveram esta importante presença), português colonizador, imigrantes tardios, torna seu povo, com todos os desdobramen-

tos disto, em algo muito específico na região, se comparado com outros países.

⁶ Para o sub-imperialismo brasileiro no Paraguai ver Vuyk (2013).

como do sentido original que se deu ao subimperialismo.

1 Dependência da América Latina em relação à Acumulação Mundial

Marini (2005, p.141) sintetiza a condição dependente como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. Isso significa que as economias dependentes apresentam suas dinâmicas de acumulação definidas pela lógica mundial capitalista e, portanto, suas possibilidades e limitações estão circunscritas pelas tendências dessa última. Isso significa que as economias dependentes devem estar, de alguma forma, em maior ou menor grau (de dependência), atreladas à forma histórica específica em que se dá essa acumulação mundial.

Em outras palavras, se a condição dependente faz parte da unidade dialética que é a acumulação capitalista mundial⁷, devem existir condicionantes estruturais dessa dependência (característica do mercado mundial capitalista) e determinantes conjunturais históricos da dependência. Esses componentes, estruturais e conjunturais, conforme sua articulação, permitem entender a dialética da dependência.

⁷ O capitalismo mundial é uma totalidade composta pela contradição entre as economias centrais e as economias dependentes, de forma que tanto as primeiras como as segundas só se definem e, portanto, são entendidas na sua relação (dialética) de uma com outra, e na complexidade formada pela totalidade do mercado capitalista mundial.

É possível afirmar que os condicionantes estruturais da dependência se refletem em diversas formas pelas quais parte do (mais) valor produzido na economia dependente não é apropriado nela, mas nas economias centrais, passando a fazer parte da dinâmica de acumulação de capital destas últimas, e não da primeira.

No plano da circulação de mercadorias (mercado mundial), essa dialética produção/apropriação de valor ficou conhecida como troca desigual. Por um lado, considerando que distintos capitais podem produzir uma mesma mercadoria, com diferentes graus de produtividade, e que a mercadoria é vendida pelo valor de mercado, segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, os capitais com produtividade acima da média (geralmente operando nas economias centrais) venderiam suas mercadorias pelo valor de mercado, apropriando-se, portanto, de uma mais-valia (produzida nas economias dependentes) para além daquela que eles mesmos produziram.

Por outro lado, no plano da concorrência dos capitais em distintos setores, temos o aparecimento de um lucro extraordinário para aqueles setores que produzem com maior produtividade em relação à média da economia. Setores que produzem suas mercadorias específicas com composição orgânica do capital (produtividade) acima da média apresentarão um preço de produção de mercado acima dos valores de mercado e, portanto, venderão suas mercadorias por um preço que lhes permitirão apropriar-se de mais valor do que produzirem. Como os capitais nas economias dependentes tendem, em média, a possuir produtividades

abaixo da média da economia mundial, ocorre a transferência de uma parte da mais-valia produzida nas economias dependentes, que será apropriada pelos capitais operantes nas economias centrais.

Por último, quando determinados capitais possuem certo grau de monopólio em seus mercados específicos, podem, por determinado tempo, manter preços de mercado por sobre os preços de produção de mercado. Como os preços de mercado estariam, nessa situação, acima dos preços de produção, para além das oscilações conjunturais, esses capitais poderiam se apropriar de um lucro efetivo acima do médio, uma massa de valor apropriado além daquele que, de fato, foi produzido por esses capitais.

Além desses mecanismos de transferência de valor das economias dependentes para as economias centrais, no plano do comércio de mercadorias, outros condicionantes estruturais são as distintas maneiras de remessa de valores, na forma de pagamento de juros e amortizações de dívidas, lucros e dividendos pela atuação de capitais externos nas economias dependentes. Tanto os primeiros mecanismos como estes segundos contribuem para a estrutural restrição externa que as economias dependentes apresentam em suas dinâmicas de acumulação.

Esses condicionantes estruturais da dependência são complexificados pela conjuntura da economia mundial. Em momentos favoráveis, de alguma forma aliviando os efeitos estruturais da dependência, quando a economia mundial está crescendo e existe uma grande oferta de crédito no mercado mundial, as exportações das economias de-

pendentes tendem a crescer (em preço e/ou quantidade), pela demanda da economia mundial em crescimento, e as condições de financiamento das contas externas tendem a ser menos onerosas em função da abundância de oferta nesse mercado de crédito mundial. Essa situação externa favorável, entretanto, é meramente conjuntural, sujeita aos ciclos do capitalismo mundial. Quando este está em crise, apresenta-se uma situação externa desfavorável, que agrava os condicionantes estruturais da dependência. A economia mundial cresce pouco, diminuindo a demanda pelos produtos exportados pelas economias dependentes. Por outro lado, tende-se a retrair o mercado de crédito mundial, agravando as condições de financiamento das contas externas dessas economias, justamente em um momento em que esse financiamento é mais necessário, tendo em vista o agravamento da restrição externa.

Mais além do alívio ou agravamento conjuntural da condição dependente, o que esta última representa para os capitalismo dependentes é que uma parte da mais-valia produzida nessas economias não faz parte da dinâmica de acumulação interna, o que obriga esses capitalismo a aumentarem a produção da mais-valia e possibilitar o desenvolvimento capitalista de suas economias. É por isso que a superexploração da força de trabalho é uma categoria própria da dinâmica de acumulação de capital dependente⁸. Ela é necessária para contornar os mecanismos de transferência de valor para as economias centrais, e as formas em que ela se apresenta (arrocho salarial, prolongamento da jornada de trabalho, elevação

⁸ Para maiores esclarecimentos sobre esta categoria ver Carcanholo (2013).

da intensidade do trabalho, redução de direitos que compõem o valor da força de trabalho, etc.) levam ao agravamento da distribuição regressiva de renda e riqueza nas economias centrais, com todos os reflexos que isso acarreta para as condições sociais da população dessas economias.

Essa breve caracterização da dependência já nos permite pensar o que há de comum entre as diversas economias que compõem a América Latina, em que pesem todas as especificidades dessas economias. Todas elas, inclusive as mais “desenvolvidas” apresentam essa dinâmica dependente de acumulação capitalista. Mas, se é a transferência de valor o que acaba definindo essa condição estrutural, e esta é dada, dentre outras coisas, no plano do comércio mundial, pela produtividade dos capitais instalados nessas economias, é possível então pensar em distintos graus de dependência. Ou seja, em economias em que o desenvolvimento das forças produtivas (refletido na composição orgânica do capital) se processou mais do que em outras, como é o caso da economia brasileira, temos um duplo movimento: (i) esses mecanismos de transferência de valor para as economias centrais não é tão acentuado como em outras economias com menores produtividades; e (ii) passa a existir uma diferenciação na composição orgânica de capital (dentro e entre setores) inclusive entre as distintas economias dependentes, o que pode replicar (para dentro da relação entre economias dependentes) formas de transferência de valor. É exatamente isso que permite o aparecimento do subimperialismo, mesmo em economias que mantêm a condição dependente.

O importante a destacar é exatamente isso. O caráter subimperialista de uma economia não exclui a sua condição dependente. Até por conta de uma redivisão internacional do trabalho, a economia brasileira passou, a partir dos anos 50/60 do século passado, a internalizar etapas do processo produtivo que fizeram com que sua composição orgânica do capital subisse em relação à das outras economias da região. Isso não diminuiu seu atraso frente ao desenvolvimento das forças produtivas nas economias centrais e, portanto, o processo de transferência de valor produzido por ela, mas apropriado naquelas. A novidade é que esse processo de entrada do capital estrangeiro no processo produtivo replicou, sob novas formas, o processo de transferência de valor produzido nas economias menos desenvolvidas da região para os capitais (não necessariamente brasileiros) que operam na economia brasileira.

O subimperialismo da economia brasileira não nega seu caráter (ainda) dependente. Ao contrário, o reforço dialético de sua condição dependente é que criou seu caráter subimperialista.

2 Capitalismo e Dependência Contemporânea

Assim como as leis gerais do capitalismo conformam uma tendência que, dependendo da conjuntura e do momento histórico, se manifestam de formas diferentes em distintos momentos e regiões, a dependência também apresenta uma historicidade, relacionada ao momento histórico do capitalismo. Desta forma, se é possível pensar um capitalismo contemporâneo, em que essas leis se manifestam com uma especificidade

contemporânea, as formas como as economias dependentes, nesse momento, enfrentam essa condição definem uma dependência contemporânea. Isto significa que os mecanismos de transferência de valor e a forma como esse capitalismo dependente faz frente aos mesmos, pela via da superexploração da força de trabalho, possuem uma especificidade contemporânea.

O capitalismo contemporâneo nada mais é do que a resposta cíclica que a economia capitalista construiu para sua última grande crise estrutural, no final dos anos 60 e início dos 70 do século passado⁹. As crises da economia capitalista ocorrem em razão da superprodução de capital, em todas suas formas, de maneira que uma massa de capital que foi produzida não encontra como realizar-se, portanto, valorizar-se. Isso se expressa na redução das taxas de lucro, o que tende a retrair o processo de acumulação de capital. Dessa forma, qualquer saída capitalista para as suas crises implica não apenas formas de elevar a produção de (mais) valor, mas também (re) criar (novos) espaços de valorização para essa massa crescente de (mais) valor produzido.

A resposta do capitalismo para sua crise que se iniciou no final dos anos 60 do século passado incluiu: (i) elevação da exploração da força de trabalho nos países centrais, por intermédio da liberalização e desregulamentação trabalhista ali implementada, junto a uma política tributária regressiva e concentradora, levando à elevação das taxas de mais-valia nos capitalismo centrais;

⁹ Maiores detalhes a respeito da crise estrutural dos anos 60 do século passado e a forma como se constrói o capitalismo contemporâneo podem ser encontrados em Carcanholo e Baruco (2011).

(ii) intensificação das transferências de valor, sob distintas formas, das economias dependentes para as economias centrais (aprofundando os mecanismos que constituem as condições estruturais da dependência); (iii) pressão, por todas as partes da economia mundial, por abertura dos mercados, garantindo novos e ampliados espaços de valorização para o capital; (iv) aumento da rotação do capital com a introdução de uma ampla reestruturação produtiva e logística na compra das mercadorias necessárias para a produção e distribuição das mercadorias produzidas, possibilitando elevação da taxa anual de lucro¹⁰; (v) a expansão da lógica fictícia de valorização do capital. Todos esses elementos articulados com uma interpretação e uma prática neoliberais da economia que passam a caracterizar as estratégias de desenvolvimento ditadas modernas, a partir desse momento.

É fundamental aqui constatar que a retomada do processo de acumulação do capital, a partir dos anos 70 do século passado, que constitui o chamado capitalismo contemporâneo, compreende a articulação dialética desses cinco elementos. Portanto, qualquer interpretação que se reduza a identificar em apenas alguns deles a explicação para a saída da crise naquele momento estará simplificando e mistificando o fe-

¹⁰ Na seção II do livro II de O Capital, Marx demonstra que faz parte das leis gerais de funcionamento da economia capitalista o simples fato de acelerar o tempo de rotação do capital (que inclui tanto o tempo de produção quanto o tempo em que ele permanece na esfera da circulação de mercadorias), pois uma redução do tempo de rotação do capital leva ao aumento do número de rotações por período que, por sua vez, expande a taxa anual de mais-valia e, dada a composição orgânica do capital, a taxa anual de lucro.

nômeno¹¹. Mas, justamente por isso, tampouco se pode cometer o mesmo erro com sinal contrário, isto é, desconsiderar o papel do capital fictício no capitalismo contemporâneo porque uma interpretação teórica (keynesiana) se limitou a tratar dos aspectos financeiros do capitalismo. Cair neste segundo tipo de equívoco equivale a interpretar a economia capitalista como se fora apenas um processo de produção, desconsiderando toda a importância que o próprio Marx deu para os momentos objetivos e necessários do capital no processo de compra e venda de mercadorias, até para garantir as possibilidades de (re) produção do capital em momentos subseqüentes. Não se pode mistificar o capitalismo nem por considerá-lo mera apropriação na circulação, desconsiderando a produção, nem tampouco por entendê-lo como mera produção, como se seu par dialético, a realização/apropriação, não fizesse parte da totalidade capitalista.

A segunda observação diz respeito à necessária diferenciação entre o que Marx chamou de capital fictício e o que normalmente se entende por capital financeiro¹². Capital fictício é uma categoria que sintetiza a complexificação da dialética entre produção e apropriação de valor, dialética esta que está no próprio cerne do que é o capitalis-

mo. Alguns autores a confundem com o capital a juros¹³, e com alguma razão, uma vez que o capital fictício é o desdobramento dialético deste.

O capital a juros se caracteriza pela possibilidade de uma determinada massa de valor-capital (normalmente na forma-dinheiro), que poderia comprar meios de produção e força de trabalho para iniciar um processo de circulação do capital, sob a propriedade de um determinado capitalista, só inicia esse processo de circulação ao ser repassado (emprestado, sob o pagamento de um preço, os juros¹⁴) para um capitalista funcionante que, depois de pagar o empréstimo acrescido dos juros, espera se apropriar de um lucro. A unidade produção/apropriação do capital está intermediada pela relação mercantil entre o capitalista funcionante (produção de valor) e o proprietário (apropriação de valor), aprofundando a contradição presente nesta unidade, mas sem rompê-la.

O capital fictício é a exacerbação dessa intermediação, portanto da contradição produção/apropriação presente no capital a juros, o que nos explica porque alguns autores confundem as duas categorias. En-

¹¹ Este cuidado é importante para que não se caia em interpretações pseudo-marxistas que reduzem o capitalismo contemporâneo a uma mera financeirização da vida econômica, o que caracteriza muito mais uma interpretação de viés keynesiano, fortemente contrária à teoria marxista.

¹² A crítica à transposição direta, sem mediações, da categoria capital financeiro para o capitalismo contemporâneo, desconsiderando as especificidades do capital fictício, pode ser encontrada em Sabadini (2013) e Carcanholo e Sabadini (2008).

¹³ Fontes (2010) é uma das mais conhecidas.

¹⁴ Marx entende esta transação como a compra-venda da mercadoria-capital, isto é, da massa de valor que tem a potencialidade de se transformar em capital, e o preço dessa mercadoria (irracional, pois não tem valor, no sentido de um tempo de trabalho socialmente necessário) são os juros. O autor desenvolve isto com minúcias na seção V do livro III de *O Capital*. A mercadoria-capital, aliás, para Marx, é a terceira mercadoria especial no capitalismo, além do dinheiro e da força de trabalho. As mercadorias no capitalismo são especiais em função de seus valores de uso específicos (Carcanholo, 1998).

quanto no capital a juros a propriedade de um capital, existente, permite ao seu proprietário apropriar-se de uma fração da mais-valia produzida pelo capital funcionante, o capital fictício, ao exacerbar a contradição produção/apropriação chega a inverter essa causalidade. Não se trata mais de que uma produção efetiva seja realizada/apropriada, mas que a possibilidade desta permita a produção. A mera expectativa de que um capital possa vir a ser produzido (pela produção da mais-valia) no futuro faz com que títulos de dívida possam ser emitidos no presente, prometendo a participação futura nos resultados da mais-valia produzida. Esses títulos de dívida serão vendidos pelos preços de mercado, de acordo com as condições de oferta e demanda nos mercados financeiros. Dessa forma, a mera expectativa de apropriação futura de uma fração da mais-valia constitui um capital (fictício), que na realidade (ainda) não existe. Esta lógica de financiamento do processo de circulação do capital é que se exacerbou a partir dos anos 70 do século passado, dando ao capitalismo contemporâneo a lógica da valorização fictícia. Vale ressaltar que isso não significa que essa lógica se restrinja aos mercados financeiros, como se o capital produtivo estivesse imune, mas que o capital (em qualquer esfera) passou a se constituir, em sua grande maioria, a partir desta lógica, fictícia, mesmo na esfera produtiva.

O que nos importa aqui é que este capitalismo contemporâneo, sob a égide da estratégia neoliberal de desenvolvimento, aprofundou a dependência das economias latino-americanas, justamente porque complexificou a articulação dialética dos condicionantes estruturais e conjunturais da depen-

dência. Por um lado, os mecanismos de transferência de valor produzido nas economias dependentes, mas apropriados e acumulados nas economias centrais, se acentuaram, até como forma de reverter os problemas de valorização nas economias centrais. Por outro lado, a dependência conjuntural que as economias da região apresentam frente ao crescimento da economia mundial e ao ciclo do mercado de crédito internacional se aprofundaram, fazendo com que as economias latino-americanas respondessem mais intensa e rapidamente aos ciclos da economia mundial. Isso tudo fez com que se exacerbasse a necessidade dos capitalismo dependentes elevarem a superexploração da força de trabalho para garantir alguma dinâmica de acumulação interna¹⁵.

A dependência contemporânea está diretamente ligada à aplicação da estratégia neoliberal de desenvolvimento nas economias latino-americanas, desde os anos 70, com as experiências pioneiras no cone sul, os anos 80, com os programas de ajuste estrutural liderados pelo FMI e Banco Mundial, anos 90, com a implementação do Consenso de Washington em nossas economias, e o século XXI, onde os reflexos estruturais de todos esses períodos foram acentuados em um momento histórico de crise (mas não término) da ideologia neoliberal. Esse processo todo (liberalização e abertura de mercados, privatização de setores estratégicos de nossas economias, desnacionalização de vários desses setores, aprofundamento da vulnerabilidade exter-

¹⁵ Um bom tratamento da relação que existe da dependência contemporânea como uma necessidade dialética do capitalismo contemporâneo pode ser encontrado em Amaral (2012).

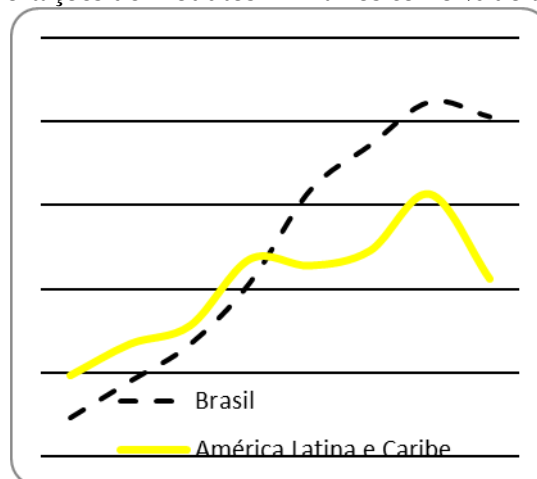
na de nossas economias, etc.) pode ser resumido no tripé transnacionalização-desindustrialização-reprimarização de nossas economias.

O capitalismo contemporâneo, fruto da tentativa do capital de recuperar sua valorização, impôs para a América Latina um ajuste estrutural que fez com que a economia voltasse a um padrão de inserção na divisão internacional do trabalho caracterizado pela especialização de sua estrutura produtiva, e da pauta exportadora, em produtos primários, baseados em recursos naturais, com baixas produtividades, em média, e ainda com forte presença de capital estrangeiro. Em poucas palavras, um tripé que acentua os mecanismos de transferência de valor e, portanto, a dependência de nossas economias.

O Gráfico 1 exibe a proporção das exportações de produtos primários, em função do total, desde 2005 até 2012. O processo de reprimarização das exportações não se ini-

cia em 2005, mas é consequência dos ajustes estruturais do neoliberalismo desde os anos 80/90, e se acentua neste século. O que se deve destacar é que esse processo de reprimarização das exportações é crescente em todo o período para a América Latina, mesmo após o estouro da crise mundial em 2007/2008, saltando de 49,8% das exportações na forma de produtos primários em 2005 para 57,3% em 2010, 60,7% em 2011, e recuando um pouco para 55,6% em 2012, mas ainda superior aos patamares do pré-crise. Além disso, é de destacar que a principal economia da região, o Brasil, não só apresenta a mesma tendência de forma acentuada, mas, a partir de 2009, passa a superar a média da região, com 60,9% de suas exportações em produtos primários, chegando a 65,3% em 2012.

Gráfico 1: Exportações de Produtos Primários como % do total (2005-2012)



Fonte: Cepal (2013, p.111).

A Tabela 1, por sua vez, exibe as exportações das economias da América Latina e Caribe para diferentes regiões e de acordo

com diferentes produtos, em anos comparados desde meados da década de 90 do século passado. Em primeiro lugar, no que se refere às exportações intra-regionais, ve-

rifica-se uma redução do comércio interno, significando uma maior dependência de outros mercados. Por outro lado, para outros países em desenvolvimento (economias dependentes fora da América Latina e Caribe) e para a

China, cresce consideravelmente a participação dos produtos primários na pauta exportadora. O que essa tabela evidencia é

que as economias da América Latina e Caribe acentuam seu caráter dependente não apenas em relação às economias centrais, mas também no que se refere a outras regiões dependentes passam a ter maior participação de suas exportações nesses mercados, e cada vez mais centradas em produtos primários.

Tabela 1: Exportações da América Latina e Caribe, por região e categoria de produtos (% do total do comércio Sul-Sul)

Região	1995	2000	2005	2007	2010	2012
Exportações Intra-regionais						
Total	7,7	7,7	6,3	6,2	5,2	5,0
Manufaturas	6,1	5,9	5,3	5,4	4,8	4,9
Produtos primários	11,6	11,7	8,7	7,9	6,1	5,6
Exportações Para outros países em desenvolvimento						
Total	3,2	2,3	3,5	3,8	4,8	5,1
Manufaturas	1,4	0,9	1,4	1,3	1,0	1,1
Produtos primários	7,3	5,3	8,0	8,7	11,7	11,7
Exportações para a China						
Total	0,4	0,5	1,2	1,4	2,2	2,3
Manufaturas	0,1	0,1	0,3	0,3	0,3	0,4
Produtos primários	1,3	1,2	3,0	3,6	5,6	5,5

Fonte: Unctad (2013, p. 31).

O aprofundamento das condições da dependência levou as economias dependentes, em específico da América Latina, a elevarem a necessidade de superexplorar a força de trabalho¹⁶. Isto permitiria a essas economias uma dinâmica de crescimento da acumulação de capital, mesmo com a intensificação dos mecanismos de transferência de valor. Entretanto, especificamente nos anos 90 do século passado, mesmo com a elevação da superexploração da força de

trabalho, e de todas as promessas dos defensores do neoliberalismo, as economias da região não cresceram. Isto ocorreu, basicamente, por causa da dialética inerente à valorização fictícia do capital.

Se, por um lado, ele possui uma funcionalidade ao acelerar a rotação do capital total e, portanto, contribui para elevar a taxa anual de lucro, por outro, ao especializar-se unicamente na apropriação, sem contribuir diretamente para a produção da mais-valia, possui uma *disfuncionalidade*. Quando uma massa de capital apenas se apropria de uma fração crescente da mais-valia produzida,

¹⁶ No que se refere ao caso brasileiro, uma boa tentativa de medição do aumento da superexploração da força de trabalho pode ser encontrada em Araújo (2013) e Luce (2012).

sem participar em sua produção, isso faz com que a parte que cada capital recebe, a

taxa de lucro, caia. Foi isto o que aconteceu nos anos 90 do século passado nas economias da região, o que foi, inclusive, sinalizado pelo fato de que as taxas de juros superavam em muito as taxas de lucro, o que definia uma espécie de acumulação travada do capital.

Quais são as alternativas? A primeira, e óbvia, é justamente alterar essa composição na apropriação da mais-valia produzida, reduzindo as taxas de juros para patamares inferiores aos da taxa de lucro, sinalizando para o capital uma apropriação que garantisse a reprodução do capital de forma ampliada, gerando uma acumulação de capital virtuosa, com uma dinâmica de crescimento sustentado¹⁷. Mas esta é uma falsa alternativa ao neoliberalismo. Esta última é uma estratégia de desenvolvimento que se define em outro nível de abstração, para além da política econômica (responsável pela manipulação das taxas de juros – plano em que se restringe o novo-desenvolvimentismo). O neoliberalismo apresenta dois componentes. Em primeiro lugar, seria uma condição necessária a estabilização macroeconômica, pouco importando a forma da política econômica (se ortodoxa ou heterodoxa) que consiga esse objetivo. Em segundo lugar, e isto é o decisivo, as reformas estruturais de abertura, liberalização e privatização seriam as responsáveis pela construção de ambiente

econômico competitivo que promoveria o crescimento, distribuição e desenvolvimento econômicos (Carcanholo e Baruco, 2011). Por isso é que o novo-desenvolvimentismo nada mais é do que uma nova roupagem do neoliberalismo, uma vez que não se propõe a romper com as reformas neoliberais. Ao contrário, em alguns de seus defensores, essas reformas seriam até aprofundadas.

Uma primeira real alternativa seria, justamente, a ruptura com as reformas neoliberais. Isto implicaria, além da mudança da política econômica, reverter os processos de liberalização e abertura dos mercados, retroceder nas privatizações, renacionalizando setores estratégicos da economia. Esta alternativa, ao romper com as reformas neoliberais, reduziria o peso dos mecanismos de transferência de valor, reduzindo a necessidade de elevar a superexploração da força de trabalho e, portanto, propiciando a possibilidade (não é uma necessidade) de redistribuição de renda e riqueza. Esta última, aliás, ainda contribuiria para a criação/ampliação de um mercado interno, necessário para compensar a redução do mercado externo (via exportações) como padrão de acumulação das economias da região.

Além desta primeira real alternativa ao neoliberalismo, que poderíamos chamar de anti-neoliberal, ou anti-imperialista, poder-se-ia também questionar não apenas o grau da exploração da força de trabalho, mas a própria lógica social que pressupõe que determinada parte da população viva da apropriação de um valor produzido por outra classe social, ou seja, questionar a própria sociabilidade capitalista. Mais além de propor uma outra política econômica,

¹⁷ Em síntese, é exatamente esta a proposta do chamado novo-desenvolvimentismo. A caracterização e, principalmente, a crítica desta pseudo-alternativa ao neoliberalismo pode ser encontrada em Castelo (2013).

uma outra estratégia de desenvolvimento, a alternativa socialista questiona adicionalmente a estrutura social onde as relações sociais são intermediadas pela instância mercantil, não sendo, portanto, diretamente sociais.

Qualquer uma destas alternativas ao neoliberalismo se torna mais viável e robusta quanto maior for a quantidade de países da região que nelas se inserirem. Isto significa que o tema da integração regional, para além de um mero discurso de união dos povos, representa também a maior ou menor concreticidade dessas alternativas. Por isso é que as formas de integração regional são importantes. Na atualidade, até em conformidade com as estratégias de desenvolvimento implementadas em boa parte da região, a lógica da integração que predomina é a neoliberal, com base na liberalização e abertura dos mercados, em prol da maior e melhor acumulação de capital. Essa integração regional com base no neoliberalismo, algo que vem já desde o século passado (Saludjian e Carcanholo, 2014), redundou em dois aspectos já mencionados.

Em primeiro lugar, a integração regional neoliberal aprofundou a reprimarização das exportações das economias latino-americanas, intensificando os mecanismos de transferência de valor e, conseqüentemente, o grau de dependência das mesmas. Em segundo lugar, junto com a entrada do capital externo na economia brasileira em alguns setores-chave, processo que vem desde os anos 50/60 do século passado, acentuou o caráter subimperialista da economia brasileira. Capitais a partir do Brasil – não necessariamente brasileiros – passaram a exportar produtos com maior produ-

tividade para as economias da região, principalmente da América do Sul, e, por outro lado, a economia brasileira passou a importar produtos primários e baseados em recursos naturais. Sinteticamente, o que ocorreu foi uma replicação dos mecanismos de transferência de valor para dentro do comércio intraregional, de forma que valores produzidos nas outras economias são realizados/acumulados a partir do Brasil, o que não significa necessariamente que passem a fazer parte da dinâmica de acumulação na economia brasileira, pois esta, apesar de subimperialista, continua sendo dependente das economias centrais (Saludjian e Carcanholo, 2014).

Toda esta reconfiguração da dependência contemporânea – incluindo o subimperialismo brasileiro – foi promovida pelas características do capitalismo contemporâneo, neoliberal, com base na lógica de valorização fictícia do capital. Mas este padrão de acumulação entrou em crise em 2007/2008. Vive-se uma nova crise estrutural do capitalismo, uma nova historicidade dentro da economia capitalista.

3 Crise Contemporânea do Capitalismo e Nova forma da Dependência

Se pudermos entender o capitalismo contemporâneo pela lógica da valorização fictícia do capital, a crise atual da economia capitalista só pode ser uma crise dessa mesma lógica. Em termos do capitalismo mundial, enquanto a funcionalidade do capital fictício prevaleceu, junto com os outros componentes da forma como esse capitalismo se reconstruiu depois de sua última grande crise estrutural nos anos 60/70 do século passado, a economia obteve alguma dinâmica de crescimento.

Tabela 2: Taxas médias de Crescimento da Produção em algumas regiões do mundo

Região	2003-2007	2008-2012
Mundo	3,7	1,7
Economias Desenvolvidas	2,6	0,3
Economias em Transição*	7,6	1,8
Economias em Desenvolvimento	7,0	5,3
América Latina e Caribe	4,8	3,0

Fonte: Unctad (2013, p.24). * Economias em Transição inclui leste europeu e a Comunidade de Estados Independentes, conforme a classificação das Nações Unidas (UNSO).

A Tabela 2 mostra as taxas médias de crescimento da produção em distintas regiões do mundo. Entre 2003-2007, no início deste século, a economia mundial apresentou relativo crescimento (3,7% em média), principalmente em razão do crescimento das economias em desenvolvimento e em transição, conforme a classificação das Nações Unidas. Entretanto, a partir do terceiro trimestre de 2007, começa a prevalecer a *disfuncionalidade* do capital fictício na economia mundial¹⁸.

A partir desse momento a superacumulação de capital (fictício) se explicitou e a economia mundial entrou em forte crise, revertendo todo o cenário externo favorável que tinha prevalecido entre 2002 e 2007. Toda a economia mundial sofreu os impactos da crise e a partir desse momento, os fatores conjunturais da dependência se agravaram. Na última coluna da tabela 2 isso fica claro.

Deve-se destacar que o maior impacto da crise se fez sentir nas economias desenvolvidas, mas as dependentes, em específico a América Latina, também sofreram os efeitos da crise atual do capitalismo.

¹⁸ Maiores detalhes do desenrolar da crise e como a lógica do capital fictício levou à crise do capitalismo mundial contemporâneo podem ser encontrados em Paineira e Carcanholo (2009).

Tabela 3: Taxa de Crescimento do PIB per capita 2005-2012 (países selecionados)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	8,2	7,5	7,7	5,8	0,0	8,2	7,9	1,0
Brasil	2,0	2,9	5,1	4,2	-1,2	6,6	1,9	0,2
México	1,8	3,7	1,9	0,1	-5,9	4,0	2,6	2,8
América Latina e Caribe	3,2	4,3	4,3	2,8	-2,7	4,6	3,2	2,0
América Latina	3,2	4,2	4,3	2,9	-2,6	4,7	3,2	2,0

Fonte: Cepal (2013, p.88).

A Tabela 3, além de toda a região da América Latina e Caribe, apresenta as taxas de crescimento do PIB per capita para as principais economias da região, entre 2005 e 2012. O impacto mais visível se deu sobre a economia argentina, que vinha apresentando elevadas taxas de crescimento até 2007 e, a partir da crise, entra em profunda recessão. Os elevados patamares de 2010 e 2011 são rapidamente revertidos em 2012. A economia brasileira, apesar de todo o recorrente discurso de pretensa imunidade de sua economia aos efeitos da crise, claramente é impactada a partir de 2008, e até a atualidade não consegue construir um crescimento sustentado. A queda mais acentuada se deu na economia mexicana, que já vinha com baixas taxas de crescimento, fenômeno seguramente explicado pela forte dependência que tem da economia americana, um dos centros onde estourou a crise econômica atual.

Em termos das taxas de desemprego, a tabela 4 mostra que, embora o desemprego tenha aumentado em 2008 e 2009 na região, como impacto da crise, essa elevação não foi muito pronunciada, e as taxas começam a se recuperar para as principais economias da região logo em seguida. Portanto, os efeitos da crise sobre o desemprego, ao menos nas principais economias da região, ainda não se fizeram sentir. Isto indica que um dos tradicionais mecanismos de recuperação da economia capitalista, a reconstituição do exército industrial de reserva, ainda pode apresentar possibilidades para uma dinâmica de recuperação cíclica nessas economias.

Tabela 4: Taxa de Desemprego 2006-2012 (países selecionados)

País	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	10,2	8,5	7,9	8,7	7,7	7,2	7,2
Brasil	10,0	9,3	7,9	8,1	6,7	6,0	5,5
México	4,6	4,8	4,9	6,7	6,4	6,0	5,8
América Latina e Caribe	8,6	7,9	7,3	8,1	7,3	6,7	6,4

Fonte: Cepal (2013, p.56).

Tabela 5: Balanço de Pagamentos da América Latina 2005-2012, em US\$ bilhões (contas selecionadas)

Conta	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
-------	------	------	------	------	------	------	------	------

Transações correntes	35,8	46,5	12,3	-35,7	-21,1	-60,1	-75,9	-102,9
Conta de Capital	1,8	5,2	4,1	2,1	3,2	9,5	3,2	-0,8
Conta Financeira	31,1	8,5	115,8	69,4	75,8	163,5	198,5	183,4
Balço Global	59,4	62,4	123,7	35,7	46,1	85,7	105,2	58,3

Fonte: Cepal (2013, p. 107).

Do ponto de vista das relações com o exterior, a Tabela 5 mostra o balanço de pagamentos da América Latina, em suas principais contas. É nítido que, em 2008, a América Latina volta a apresentar déficits elevados em transações correntes, que chegam em 2012 a US\$ 102,9 bilhões. A entrada de capitais para financiar esses déficits apresenta forte recuo no imediato pós-crise, mas volta a se recuperar após isso.

Do ponto de vista das relações com o exterior, a Tabela 5 mostra o balanço de pagamentos da América Latina, em suas principais contas. É nítido que, em 2008, a América Latina volta a apresentar déficits elevados em transações correntes, que chegam em 2012 a US\$ 102,9 bilhões. A entrada de capitais para financiar esses déficits apresenta forte recuo no imediato pós-crise, mas volta a se recuperar após isso.

Uma análise mais superficial poderia entender que essa retomada da entrada do capital externo, financiando o déficit em

transações correntes, seria um alívio para as economias da região. Ao contrário, embora no curto prazo represente o fechamento das contas externas, a entrada de capital externo eleva o passivo externo das economias, o que, em períodos seguintes, implicará em saída de valores produzidos nestas economias na forma de juros, amortizações, lucros, dividendos, dentre outras formas do serviço do passivo externo.

Em síntese, o que a crise econômica mundial provocou na região foi uma reversão do cenário externo favorável, que perdurou até 2007, agravando não apenas a conjuntura, mas também os determinantes estruturais da dependência da América Latina em relação à economia mundial. Os indicadores de vulnerabilidade externa da região são claros nesse sentido.

Tabela 6: Saldo em Transações Correntes como % do PIB2005-2012 (países selecionados)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	2,9	3,6	2,8	2,1	2,7	0,4	-0,5	0
Brasil	1,6	1,3	0,1	-1,7	-1,5	-2,2	-2,1	-2,4
México	-0,7	-0,5	-0,9	-1,4	-0,6	-0,3	-1,0	-1,2

América Latina e Caribe	1,4	1,6	0,3	-0,8	-0,6	-1,2	-1,4	-1,9
-------------------------	-----	-----	-----	------	------	------	------	------

Fonte: Cepal (2013, p.128).

O primeiro deles é justamente o saldo em transações correntes, como proporção do PIB. A tabela 6 apresenta a evolução desse indicador para a região e suas principais economias desde 2005. A reversão em 2007/2008 é clara, sinalizando o agravamento dos mecanismos de transferência de va-

lor das economias dependentes para as economias centrais.

Tabela 7: Dívida Externa Total em US\$ milhões 2005-2012 (países selecionados)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	113,8	108,8	124,5	124,9	116,4	129,3	140,6	141,1
Brasil	169,4	172,5	193,2	198,3	198,2	256,8	298,2	312,9
México	128,2	119	127,6	128,8	165,1	197,7	209,7	229
América Latina e Caribe	675	667,8	739,5	753,4	815,4	978	1.087,7	1.179,5

Fonte: Cepal (2013, p.134).

Tabela 8: Dívida Externa Total como % do PIB 2005-2012 (países selecionados)

País	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Argentina	62,1	50,8	47,5	38	37,7	34,9	31,4	29,6
Brasil	19,2	15,8	14,1	12	12,2	12	12	13,9
México	14,8	12,3	12,2	11,7	18,5	18,8	17,9	19,3
América Latina e Caribe	24,8	20,9	19,6	17,4	20,1	20	19,3	20,9

Fonte: Cepal (2013, p.135).

As tabelas 7 e 8, por sua vez, evidenciam o crescimento da dívida externa dessas economias, tanto em termos absolutos (tabela 7) como em proporção ao PIB (tabela 8). Como mencionado, estes desequilíbrios de estoque se manifestam mais adiante em aprofundamento dos desequilíbrios de fluxo, pois as dívidas devem ser pagas, com juros, o que agrava os déficits em transações correntes, aprofundando a necessidade de financiamentos externos, gerando um círculo vicioso, uma armadilha das contas externas.

O que isso nos diz a respeito da dependência contemporânea? Em primeiro lugar, é preciso perceber que existem diferentes conjunturas dentro de uma mesma época histórica do capitalismo. O capitalismo contemporâneo, construído desde os anos 70 do século passado - trazendo consigo a dependência contemporânea - apresentou ciclos de acumulação, mais ou menos extensos, de lá até a atualidade. Em específico, entre 2002 e 2007 o cenário externo para a América Latina foi extremamente favorável, aliviando, conjuntamente, os determinantes estruturais da dependência. Esse cenário se modificou com a crise de

2007/2008. Em segundo lugar, esta crise não é uma mera crise conjuntural do capitalismo, mas se configura como mais uma crise estrutural. Ou seja, trata-se de uma crise do capitalismo contemporâneo e, portanto, da forma contemporânea da dependência. As distintas fases que esta crise vem apresentando e a forma como o próprio capitalismo vem ensaiando a retomada da acumulação de capital é que vão definir os contornos da dependência a partir deste momento.

As distintas fases da crise estão relacionadas com as formas como o próprio capitalismo vem tentando sair da mesma. Em um primeiro momento, a superacumulação de capital (fictício) poderia – e foi em certo sentido e no imediato pós-crise – ser desvalorizada, uma vez que os títulos de dívida, com excesso de oferta após o estouro da crise, diminuiriam rapidamente seus preços. Entretanto, esta desvalorização de capital significaria a quebra de grandes grupos internacionais, o que foi rapidamente abortado pela atuação dos principais governos da economia mundial. Assim, foram implementadas duas medidas.

Em primeiro lugar, como a superacumulação de capital fictício representa enorme quantidade de capitais que apenas se apropriam de um valor que eles não produzem diretamente, tratava-se de elevar sobremaneira a produção de valor, o que implica elevação da exploração do trabalho em escala mundial. Não é casualidade histórica que os ajustes estruturais e as reformas pró-mercado tenham voltado à pauta das tecnocracias mundiais. Mas o efeito disto para a maior produção de valor leva tempo, o que torna necessária a segunda medida.

Enquanto o descompasso produção-apropriação de valor não se corrige, é preciso ganhar tempo. Por isso é que os bancos centrais ofertaram enormes quantidades de dinheiro, de forma que o excesso de oferta desses papéis fosse compensado com uma maior demanda pelos mesmos, evitando a desvalorização desse capital fictício superacumulado¹⁹. Uma das formas que os governos tiveram para financiar esse aumento da oferta de dinheiro foi a emissão de maior quantidade de títulos de dívida pública. Daí a segunda fase da crise, que se manifestou no maior comprometimento de alguns países no pagamento do serviço da dívida pública que, em algum momento, não pode mais ser rolada em condições razoáveis.

Ao mesmo tempo, essas medidas sancionaram o posicionamento inicial dos capitais especulativos, que continuaram aumentando seus retornos e, portanto, incentivando seus comportamentos. O resultado final é que a lógica de valorização fictícia, com a garantia em última instância dos Estados, via emissão de dívida pública, vem se expandindo. A conclusão disso é que uma terceira fase, análoga à primeira, está sendo gestada. Em algum momento, instituições financeiras apresentarão problemas de liquidez/solvência, que podem se propagar, novamente, pela economia mundial.

A atual etapa de crise da economia capitalista mundial está longe de acabar. Seus efeitos sobre a classe trabalhadora (maior exploração do trabalho) e a condição das economias da América Latina (aprofunda-

¹⁹ Pormenores da atuação dos principais bancos centrais (FED e Banco Central Europeu) nesse sentido podem ser encontrados em Paineira e Carcanholo (2013).

mento dos mecanismos de dependência) tampouco. Aliás, a tendência é de que se aprofundem.

Referências

AMARAL, M. S. **Teorias do Imperialismo e da Dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ARAÚJO, E. S. Tendências da Exploração da Força de Trabalho no Brasil na Fase Atual do Capitalismo (1990-2007). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 36, p.117-146, outubro, 2013.

ARICÓ, J. O Marxismo Latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWN, E. (Org.) História do Marxismo, vol. 8. **O Marxismo na época da terceira internacional**: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CARCANHOLO, M. D. (Im) precisiones acerca de la categoría superexplotación de la fuerza de trabajo. Buenos Aires, **Razón y Revolución**, v. 25, p. 91-124, 2013.

CARCANHOLO, M. D. A Importância da Categoria Valor de Uso na Teoria de Marx. **Pesquisa & Debate**, v. 9, n. 2 (14), p. 17-43. 1998.

CARCANHOLO, M. D; BARUCO, G. C. A Estratégia Neoliberal de Desenvolvimento Capitalista: caráter e contradições. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 9-23, jul./dez. 2011.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. S. Capital Fictício y Ganancias Ficticias. Buenos Aires, **Herramienta**, ano 11, n. 37, p. 59-80, mar. 2008.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y El Caribe**. Santiago: Naciones Unidas, 2013.

CASTELO, R. O. **Social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CORREA, H. F; MIRANDA, F. F. Notas Críticas a Marx e a América Latina de José Aricó. In: MARX E O MARXISMO 2013: MARX HOJE, 130 ANOS DEPOIS, Niterói, 2013. **Anais...** Disponível em: <<http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2013/Trabalhos/Amc463.pdf>>.

Fontes, V. **O Brasil e o Capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ e EPSJV-Fiocruz, 2010.

Luce, M. S. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 32, p. 119-141, jun. 2012.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultura, 1985. 5 v.

PAINCEIRA, J. P.; CARCANHOLO, M. D. Crise Alimentar e Financeira: a lógica especulativa atual do capital fictício. In: CON-

GRESSO DA ALAS, 27., 2009. **Anais...** Buenos Aires: Associação Latino-americana de Sociologia, 2009.

PAINCEIRA, J. P.; CARCANHOLO, M. D. Financialisation and Public Debt in the Global Crisis: the US and European experiences. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 18., 2013. **Anais...** Belo Horizonte: SEP, 2013. Disponível em: <<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2458>>.

SABADINI, M. S. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, (49), p. 583-608, dez. 2013.

SALUDJIAN, A.; CARCANHOLO, M. D. **Integração latino-americana, dependência da China e subimperialismo brasileiro na América latina**. Buenos Aires: FLACSO-ISA, Conferencia Internacional Conjunta, 2014.

UNCTAD. **Informe sobre el Comercio y el Desarrollo**. Nueva York: Naciones Unidas. 2013.

VUYK, C. **Subimperialismo brasileiro y dependencia paraguaya: análisis de la situación actual**. Buenos Aires: CLACSO, 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8967.dir/VuykTrabajoFinalCLACSO2013.pdf>>.